



Criado e instalado de acordo com a Lei Estadual (PR) nº 12.726, de 26 de novembro de 1999 e Decreto Estadual nº 9.130, de 27 de dezembro de 2010, e instituído pelo Decreto nº 5.759/2012 – 30 de agosto de 2012.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA LITORÂNEA

1
2
3 Ao décimo terceiro dia de julho de dois mil e vinte e dois, às nove horas, por meio web conferência
4 utilizando a plataforma *Zoom* e formalizada por meio de gravação, iniciou-se a 14ª Reunião
5 Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea, diante da presença dos membros
6 representantes: JANDAIRA MOSCAL, da Prefeitura de Morretes; PAULO HENRIQUE
7 CARNEIRO MARQUES, da UFPR Litoral; ELOIR MARTINS JÚNIOR, da ACIAP; PATRICIA
8 GONZALEZ, da Prefeitura de Guaraqueçaba; MÔNICA IRION ALMEIDA, da Copel Geração e
9 Transmissão; ELIANE DE OLIVEIRA e FERNANDO VELLOZO RODERJAN, da Paranaguá
10 Saneamento; MAURÍCIO D'AGOSTINI, da CAGEPAR; TIAGO M. SUCEK, KÁTIA
11 NAKANDAKARE e NEIVA CRISTINA RIBEIRA, da SANEPAR; PEDRO PISACCO PEREIRA
12 CORDEIRO, da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina; JOSÉ LUIZ SCROCCARO,
13 CHRISTINE DA FONSECA XAVIER, RONILE HOELFICH, LUCIANE FERNANDES,
14 DANIELLE PRIM, AMÍLCAR CAVALCANTE CABRAL, DANIELLE TEIXEIRA TORTATO,
15 LUCINEIDE MARANHO e VICTOR GREGÓRIO RODRIGUES NADAL, do Instituto Água e
16 Terra; ELIANE BEÊ BOLDRINI, da ADEMADAN, SEBASTIÃO BELLETINI e MARCOS
17 CAMPOS DE OLIVEIRA, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná; HELLEN JOSÉ
18 FLOREZ ROCHA e RODRIGO FILIPAK TORRES, do ICMBio; JOÃO ROBERTO BARROS
19 MACENO SILVA, da Prefeitura de Paranaguá; JACKSON C BASSFELD, da Prefeitura de Pontal
20 do Paraná; EDSON SOARES DE MENDONÇA, da SAMAE Antonina; ARLINEU RIBAS, da
21 ABES. Após a constatação do atingimento do quórum necessário, o sr. Arlineu Ribas iniciou a
22 reunião fazendo algumas considerações sobre seu mandato que estava chegando ao fim, informou
23 sobre a proposta de reivindicação que ajudou a elaborar no âmbito do Fórum Estadual dos Comitês
24 de Bacia Hidrográfica, principalmente em relação a utilização de recursos financeiros que deveriam
25 ser destinados a gestão de recursos hídricos para outros fins pelo governo do estado do Paraná, da
26 utilização dos royalties da geração de energia elétrica para outros fins que não a gestão de recursos
27 hídricos e indicou que na sua opinião a dificuldade é a inexistência de Agência de Bacia, causando
28 o enfraquecimento de todos os envolvidos. Deu seguimento a pauta do dia, solicitando a sra.
29 Lucineide Maranhão a leitura dos nomes dos representantes que iriam tomar posse no Comitê da
30 Bacia Hidrográfica Litorânea: Hellen José Florez Rocha e Rodrigo Filipak Torres do ICMBio,
31 Jandaíra dos Santos Moscal da Prefeitura de Morretes, Patrícia Gonzalez da Fonseca da Prefeitura
32 de Guaraqueçaba, em seguida o sr. Arlineu Ribas deu a posse e as boas vindas aos novos
33 representantes. Seguiu-se para votar a inclusão de item na pauta, que seria a criação de grupo de
34 trabalho no âmbito da CTINT, a qual também precisava finalizar o documento de sua implementação
35 no Comitê. Foi aprovada a inclusão do item na pauta. Prosseguiu para aprovação da minuta de ata
36 13ª Reunião Extraordinária, a qual foi enviada para os membros do Comitê de forma adiantada



Criado e instalado de acordo com a Lei Estadual (PR) nº 12.726, de 26 de novembro de 1999 e Decreto Estadual nº 9.130, de 27 de dezembro de 2010, e instituído pelo Decreto nº 5.759/2012 – 30 de agosto de 2012.

37 juntamente com a convocação da reunião. A minuta da ata foi apresentada em tela e aprovada.
38 Seguiu-se para o próximo item da pauta que constava na aprovação *ad referendum* do relatório de
39 atividades de 2021 e do plano de trabalho de 2022. Foi observado um equívoco no documento do
40 relatório de atividades, que estava como 2020 e não 2021. Foi apresentado o plano de trabalho de
41 2022 em tela e a sra. Kátia questionou se essa reunião seria registrada como segundo ou terceiro
42 trimestre e o sr. Jackson citou que havia um erro de grafia em um dos itens, ficou acordado que os
43 documentos seriam aprovados com as devidas correções citadas. Em seguida o sr. ALEXANDRE
44 do IAT foi solicitado para contribuir com o item sobre os informes sobre o Procomitês, explicando
45 sobre o relatório anual da certificação de 2021. Seguiu-se para o próximo item da pauta que era
46 finalizar a criação da Câmara Técnica de Integração, mais especificamente em relação as atribuições,
47 o texto proposto pelo sr. Arlineu Ribas foi disponibilizado em tela para apreciação dos membros. A
48 sra. Mônica Irion pediu a palavra para questionar que no começo da reunião havia sido falado sobre
49 Grupo de Trabalho e agora estava sendo discutido Câmara Técnica, então o sr. Arlineu informou
50 que o Grupo de Trabalho é para dar suporte para a Câmara Técnica no assunto específico das obras
51 dos canais de drenagem na orla de matinhos. A sra. Mônica questionou se não havia nenhuma
52 Câmara Técnica tratando do plano de Bacia. O sr. Paulo levantou que algumas atribuições seriam as
53 mesmas da CTINS que já existe. A sra. Danielle Tortato pediu a palavra para esclarecer que a CTINS
54 não foi extinta e que a Câmara Técnica em questão (CTINT) foi proposta pelo presidente Arlineu
55 Ribas na 13ª Reunião Ordinária e havia sido aprovada sua criação e convocou-se uma reunião
56 extraordinária para discutir as atribuições da CTINT, mas não foi concluída, então o sr. Arlineu
57 colocou em pauta para essa reunião finalizar as atribuições da CTINT. A sra. Mônica sugeriu projetar
58 em tela as atribuições da CTINS e da CTINT em tela para compará-las, então a sra. Danielle
59 informou que a CTINS havia sido criada no início do Comitê e não havia uma deliberação específica
60 e que isso era um problema de procedimento nos Comitês mais antigos, mas estavam trabalhando
61 em padronizar a documentação. A sra. Eliane pediu a palavra para lembrar que a Câmara Técnica
62 de Integração havia sido sugerida pela promotora Priscila com a proposta de integrar os diversos
63 planos existentes no âmbito da Bacia Hidrográfica. Em relação a CTINS ela comentou que foi
64 trabalhado no termo de referência e no plano da bacia e por último havia trabalhado no regimento
65 interno, salientando que durante a existência do Comitê foi a CTINS que deu os andamentos. O sr.
66 Arlineu fez sua explicação sobre as atribuições da CTINT. A sra. Kátia ponderou que as atribuições
67 da CTINT ficaram muito amplas e que haviam planos que deveriam continuar no âmbito da CTINS
68 e o sr. Arlineu concordou. O prof. Paulo sugeriu que a CTINS já tem as atribuições que estavam
69 sendo propostas e que não havia sentido em criar uma Câmara Técnica para enviar itens para outra
70 Câmara Técnica. O sr. Arlineu disse que a ideia é fazer com que a CTINS sirva como um “guarda-
71 chuva” para outras câmaras técnicas, por sua natureza de amplitude temática, e a CTINT trataria de
72 forma mais específica a integração dos planos. O sr. Arlineu sugeriu que, como não havia um



Criado e instalado de acordo com a Lei Estadual (PR) nº 12.726, de 26 de novembro de 1999 e Decreto Estadual nº 9.130, de 27 de dezembro de 2010, e instituído pelo Decreto nº 5.759/2012 – 30 de agosto de 2012.

73 documento com as atribuições da CTINS, fosse aproveitada a ocasião para também elaborá-lo de
74 forma que as atribuições da CTINS e da CTINT ficassem bem definidas e uma não “sombreasse” a
75 outra. A sra. Mônica questionou se a sra. Danielle havia achado um documento de modelo de
76 atribuições de CTINS e ela informou que não havia conseguido achar durante aquele curto período
77 de tempo um documento que pudesse servir como base na forma solicitada por eles e novamente
78 informou que as CTINS mais antigas, por problemas de procedimento, não tinham essa
79 documentação facilmente disponível. O sr. Paulo pediu a palavra para sugerir que não estavam
80 avançando nas discussões e que seria mais interessante criar as Câmara Técnica e depois
81 interiormente seria discutido as atribuições. A sra. Danielle informou que na verdade a CTINT já
82 tinha sido criada e na ocasião não tinha sido possível finalizar sua composição justamente por não
83 haver clareza no objetivo dela. A sra. Kátia fez a proposta da atribuição da CTINT ser apenas do
84 item 2.1 do documento apresentado em tela e na ocasião da primeira reunião dessa Câmara Técnica
85 seria discutido melhor a atribuição da CTINT. A sra. Danielle concordou em finalizar as atribuições
86 da CTINT quando forem se reunir pela primeira vez, mas que era importante fazer a composição da
87 CTINT nesse momento. O sr. Arlineu lembrou que a composição básica de câmaras técnicas
88 constava em regimento interno e que as prefeituras seriam convocadas para as discussões, mas não
89 havia a necessidade de serem membros da CTINT, pois esse número era restrito a 7 integrantes
90 conforme o regimento interno, distribuídos entre os 3 setores representados no Comitê. A sra. Kátia
91 sugeriu que fosse enviado ofício indicando a criação da Câmara Técnica e se o membro teria
92 interesse em participar da CTINT. Ficou decidido que seria feito esse ofício e enviado para os
93 membros. Definido isso, passou-se para o próximo item da pauta que seria a criação de Grupo de
94 Trabalho visando a comunicação do Comitê com a sociedade, mas que não havia mais tempo hábil
95 durante esse mandato e que ele sugeria que fosse pauta para a próxima mesa diretora. Seguiu-se para
96 o próximo item da pauta que trata de informações sobre a Ponte de Guaratuba. A sra. Luciane do
97 Licenciamento Estratégico do IAT fez uma apresentação sobre o histórico da solicitação da obra da
98 Ponte de Guaratuba. O prof. Paulo registrou que sua preocupação sobre a obra é a questão do
99 aumento do fluxo de veículos nas estradas, as quais passam pelos mananciais. Em seguida foi dada
100 a palavra para representantes do DER que fizeram apresentação sobre o projeto da obra da ponte de
101 Guaratuba. Finalizada a apresentação, a sra. Danielle agradeceu as explicações e informou que
102 futuramente seriam convidadas novamente para apresentar sobre a Ferroeste. Em seguida a sra.
103 Lucineide pediu a palavra para fazer informes gerais e colocou em votação a possibilidade de voltar
104 as reuniões presenciais ou manter de forma online. O sr. Arlineu sugeriu que as reuniões ordinárias
105 fossem presenciais e as reuniões de câmaras técnicas fossem de forma virtual. Os membros votaram
106 pelo chat do aplicativo Zoom e a manutenção das reuniões de forma virtual foi mantida. O sr. Victor
107 pediu a palavra para informar sobre as reuniões setoriais que seriam realizadas na próxima semana
108 para montar a nova composição dos membros do Comitê para o período 2022-2025. O sr. Arlineu e



Criado e instalado de acordo com a Lei Estadual (PR) nº 12.726, de 26 de novembro de 1999 e Decreto Estadual nº 9.130, de 27 de dezembro de 2010, e instituído pelo Decreto nº 5.759/2012 – 30 de agosto de 2012.

109 a sra. Danielle agradeceram a presença de todos os participantes e deu-se por encerrada a reunião.

110

111

112

113

114 Link de acesso para gravação da reunião:

115 <https://www.youtube.com/watch?v=QgR58XGW27I&t=11s>

116

117

118

119

120

ARLINEU RIBAS

Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea